



22 DE JANEIRO 2009
Quinta-feira

- FABRICANTE DE AUTOPEÇAS QUER SUSPENDER CONTRATOS
- TRABALHADORES PEDEM QUEDA NA TAXA DE JUROS EM PASSEATA EM CURITIBA
- TAXA DE DESEMPREGO CAI PARA 6,8% EM DEZEMBRO
- LUPI VÊ SINAIS DE MELHORA NO EMPREGO
- CONSELHO VAI FISCALIZAR QUEM RECEBE EMPRÉSTIMO VIA FAT E FGTS E DEMITE, DIZ LUPI
- SINDICATO VAI À JUSTIÇA PARA CANCELAR DEMISSÕES NA GM
- FIAT DÁ FÉRIAS COLETIVAS PARA 800 TRABALHADORES
- QUEDA DA SELIC 'NÃO ATENDE A INTERESSES DO PAÍS', DIZ FIESP
- GOVERNO REDUZIRÁ CARGA TRIBUTÁRIA PARA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
- APÓS 77 ANOS, GM PERDE LIDERANÇA
- DÍVIDA LÍQUIDA INDUSTRIAL DA FIAT DISPARA E AÇÕES AFUNDAM
- LULA DESCARTA PROPOSTA DE RECRIAR CÂMARAS SETORIAIS
- OPÇÃO PELO SUPERSIMPLES SÓ ATÉ DIA 30
- CURSO: SUPER SIMPLES
- DECRETO DO MÉXICO SOBRE REFORMA TARIFÁRIA

Câmbio Em 21/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,363	2,354
Euro	3,027	3,029

FABRICANTE DE AUTOPEÇAS QUER SUSPENDER CONTRATOS

22/01/2009 – Gazeta do Povo

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) negocia com a indústria de peças e equipamentos automotivos Maflow, instalada na capital, a suspensão do contrato de cerca de 140 funcionários da linha de produção da companhia. Segundo as partes, as negociações estão em processo avançado e um acordo formal deve ser anunciado amanhã.

A iniciativa da Maflow soma-se à da montadora francesa Renault, que, no início de janeiro, anunciou a suspensão temporária do contrato de 840 trabalhadores de sua unidade em São José dos Pinhais.

Segundo o diretor geral da Maflow, Marcos Batista, a empresa assinou um contrato para o fornecimento de peças para uma grande montadora, mas a produção só terá início daqui a 4 meses. "Até lá, com a baixa demanda, não haveria como manter os funcionários. Demitir e contratar depois seria muito caro. A solução da suspensão dos contratos partiu do plano anunciado pela Renault e mostrou-se uma alternativa perfeita", avalia. Entre os clientes da Maflow estão as montadoras Renault, General Motors, PSA Peugeot-Citroën, Fiat e Volkswagen.

A suspensão temporária do contrato de trabalho é um mecanismo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e prevê o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o pagamento de bolsa qualificação dos trabalhadores em cursos de qualificação oferecidos pelo empregador.

Neste período, a empresa fica livre do peso da folha de pagamentos, já que não é obrigada a pagar o funcionário, e fica isenta do recolhimento de tributos como Imposto de Renda, INSS e Fundo de Garantia. O trabalhador, por sua vez, recebe o valor equivalente à parcela do seguro-desemprego a que teria direito em caso de demissão.

TRABALHADORES PEDEM QUEDA NA TAXA DE JUROS EM PASSEATA EM CURITIBA

22/01/2009 – Gazeta do Povo

Trabalhadores filiados a diversos sindicatos realizaram, na manhã desta quarta-feira (21), uma passeata desde o Centro até o Centro Cívico de Curitiba, em protesto pela redução da taxa juros praticada no Brasil. De acordo com os organizadores, cerca de mil pessoas participaram da manifestação, com faixas, cartazes e carros de som. A Polícia Militar (PM), que acompanha o protesto, no entanto, afirma que o número de manifestantes ficou em torno de 250.

A manifestação seguiu uma iniciativa nacional, que realiza atos, em cinco capitais, no dia em que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) anuncia a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic).

O grupo começou a se reunir por volta das 10 horas na Praça Santos Andrade, no Centro, e iniciou a caminhada às 10h30. Por volta das 11 horas, os manifestantes chegaram à frente da sede do Banco Central (BC) em Curitiba, na Avenida Cândido de Abreu, onde permaneceram até o meio-dia. A intenção, segundo o presidente da

Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT-PR), Roni Barbosa, foi pressionar o BC a atender as reivindicações dos manifestantes e reduzir a taxa básica de juros.

“Temos a maior taxa de juros do mundo; achamos que é totalmente possível reduzir em pelo menos 2% esse índice”, diz Barbosa. “A queda na Selic é fundamental para o desenvolvimento da economia do país e conseqüentemente para a manutenção e geração de empregos”, afirma. A taxa básica de juros é de 13,75% ao ano.

Agentes de trânsito que acompanham a passeata fecharam a pista mais da direita da Cândido de Abreu no sentido Centro-Centro Cívico, em frente ao prédio do BC. De acordo com a Diretoria de Trânsito (Diretran), no entanto, o tráfego não chegou a ser prejudicado, uma vez que os veículos podem utilizar a outra pista da avenida no mesmo sentido, sem alteração no trajeto.

Além da CUT, participaram do protesto em Curitiba a Força Sindical do Paraná, Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e União Geral dos Trabalhadores (UGT), que representam, ao todo, aproximadamente 2,5 milhões de trabalhadores paranaenses.

Durante a manhã, o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) retardou por cerca de uma hora o início do turno da manhã de algumas das principais empresas do setor metal-mecânico da região metropolitana – Bosch, New Holand, Renault, e Volvo.

Por volta das 14h30, o sindicato realizou assembléias de meia hora de duração na entrada dos trabalhadores do turno da tarde nas empresas Bosch e Volkswagen.

TAXA DE DESEMPREGO CAI PARA 6,8% EM DEZEMBRO

22/01/2009 – Gazeta do Povo

A taxa de desemprego apurada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do País caiu para 6,8% em dezembro, ante 7,6% em novembro. Em dezembro de 2007, a taxa havia sido de 7,4%. Tradicionalmente, a taxa do mês de dezembro é a menor do ano, o que se confirmou com o dado desta quinta-feira (22), que também representou a menor taxa mensal desde o início da série histórica do IBGE, em março de 2002.

O rendimento médio real dos trabalhadores foi de R\$ 1.284,90 em dezembro, com alta de 0,5% ante novembro e de 3,6% na comparação com dezembro de 2007.

A taxa média de desemprego no ano de 2008 foi de 7,9%. Em 2007, a taxa média de desemprego havia sido de 9,3%. A taxa anual de 2008 também é a menor da série histórica da pesquisa.

LUPI VÊ SINAIS DE MELHORA NO EMPREGO

22/01/2009 – Gazeta do Povo

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmou ontem que dados preliminares sobre o mercado de trabalho formal em janeiro já apontam para a recuperação de alguns setores da economia, como agricultura, serviços e construção civil. Segundo o ministro, a indústria de transformação ainda não mostrou melhora, sendo o setor mais preocupante.

Apenas o setor automotivo, disse ele, vem apresentando dados mais positivos no mês e por isso os empresários do ramo deveriam ter mais "sensibilidade social".

"Algumas demissões são inexplicáveis. O setor automobilístico, por exemplo, com a redução do IPI, voltou a vender. Se tivesse paciência de esperar mais 15 ou 20 dias, não precisava demitir. Parte do empresariado tem que entender que nem todo dia é dia de lucro", disse o ministro.

O ministro reforçou, ontem, que neste mês e em fevereiro o saldo de vagas no mercado de trabalho deverá ser positivo, apesar de várias empresas estarem anunciando demissões nos últimos dias.

CONSELHO VAI FISCALIZAR QUEM RECEBE EMPRÉSTIMO VIA FAT E FGTS E DEMITE, DIZ LUPI

22/01/2009 – Gazeta do Povo

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, anunciou ontem a criação de uma espécie de conselho, formado por empresários, trabalhadores e integrantes do governo federal, destinado a analisar empresas que recebem financiamentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e fazem demissões. Segundo o ministro, o ato sobre o conselho será publicado no "Diário Oficial da União", mas ele não deu prazos.

De acordo com o ministro, há atos que regulamentam os repasses para as empresas e que tentam vetar as demissões de trabalhadores. Segundo Lupi, esses atos definem punições. "Vamos conferir cada caso, mas as empresas poderão sofrer as penalizações previstas", disse. "Os conselhos deliberativos dos fundos vão acompanhar caso a caso, porque não pode pegar esse recurso para o desemprego. Vamos agir, dentro da lei, mas vamos agir."

Lupi também criticou duramente as demissões no setor automotivo, mesmo depois de o governo federal reduzir a cobrança do Imposto sobre Produto Importado (IPI) sobre os veículos. Lupi pediu "sensibilidade social" por parte dos empresários. "Algumas demissões são inexplicáveis. O setor automobilístico, por exemplo, com a redução do IPI voltou a vender. Se tivesse paciência de esperar mais 15 ou 20 dias não precisava demitir. Parte do empresariado tem que entender que nem todo dia é dia de lucro", disse.

Para Lupi, não há possibilidade de o governo federal flexibilizar as leis trabalhistas. Segundo ele, as conseqüências da crise financeira internacional não podem ser cobradas do trabalhador. "O trabalhador não pode pagar a conta de uma crise que ele não criou. Quem demite agrava o problema econômico." Ele reiterou que o resultado do Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, o pior em dez anos, foi "atípico".

SINDICATO VAI À JUSTIÇA PARA CANCELAR DEMISSÕES NA GM

22/01/2009 – Gazeta do Povo

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos deve ingressar hoje com ação na Justiça trabalhista pleiteando a reintegração de 802 trabalhadores da General Motors demitidos na unidade da montadora na cidade. O sindicato foi motivado por

decisão judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, em São Paulo, que em caso similar determinou que, embora a dispensa coletiva não seja proibida, está sujeita à negociação coletiva com o sindicato. A idéia dos sindicatos é fazer valer alguns preceitos da Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela qual as empresas estão impedidas de demitir sem justa causa. O acordo internacional foi ratificado, no Brasil, em 1995. Após a pressão de diversos setores da economia, foi revogada em 1997. No ano passado, a discussão voltou à tona, quando o governo encaminhou novamente o projeto ao Congresso. Hoje, apenas 34 dos 184 países membros da OIT são signatários do acordo.

A convenção, antiga bandeira do movimento sindical, impõe uma série de exigências para que as empresas possam encerrar os contratos de trabalho. Uma delas é a prévia justificativa dos cortes.

No caso dos trabalhadores demitidos pela GM, o sindicato alega que não houve negociação prévia de alternativas que pudessem evitar as demissões. De acordo com Aristeu Pinto Neto, advogado do sindicato, uma alternativa possível seria a licença remunerada, pela qual os funcionários continuam recebendo os salários, ainda que afastados. Segundo ele, não havia a menor possibilidade de rescisão dos contratos de 600 trabalhadores, cujo emprego está na vigência de acordo coletivo com a empresa cujo fim está previsto para junho de 2010. "Os trabalhadores contraíram dívidas com essa expectativa, por isso pleiteamos também uma indenização por danos morais", diz Neto.

O sindicato espera obter na Justiça o mesmo entendimento do TRT-SP em decisão da semana passada sobre a greve realizada por trabalhadores da Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários. A paralisação foi motivada pelo anúncio de uma demissão coletiva de 600 trabalhadores em função da crise.

Ao declarar legítimo o ato da greve, o tribunal considerou que a empresa conduziu unilateralmente a decisão da demissão, quando deveria estar sujeita ao procedimento de negociação coletiva. "A decisão do TRT é uma forma de fazer valer efeitos da Convenção 158", diz o advogado Fernando de Moraes Pauli, do Marcos Martins Advogados Associados.

Apesar do entendimento recente do TRT, a pouca jurisprudência que se tem a respeito indica que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tende a não aceitar a exigibilidade de negociação prévia. Em 2007, o TST decidiu, em um recurso, pela não-aplicabilidade da Convenção 158. Para a corte, ainda que o Brasil aderisse ao acordo, a Constituição determina que as demissões sejam reguladas por uma lei complementar - que ainda não foi aprovada no país.

Para o advogado Rodrigo Takano, da banca Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, quem despede por um motivo econômico não comete uma discriminação nem toma uma decisão arbitrária, e portanto não precisa se justificar. Procurada pelo Valor, a GM preferiu não se manifestar.

FIAT DÁ FÉRIAS COLETIVAS PARA 800 TRABALHADORES

22/01/2009 – Gazeta do Povo

A Fiat informou ontem que concederá férias coletivas a 800 trabalhadores de sua fábrica em Betim (MG) no período de dez dias, com início ontem. De acordo com a empresa, a medida, que envolve 5% da força total de trabalho da Fiat no Brasil, deve-

se a um ajuste na produção. Na manhã de hoje, representantes da montadora, de 14 empresas do setor de autopeças e do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim reúnem-se na sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) para avaliar medidas que impeçam novas demissões no setor metalúrgico - entre elas, propostas de flexibilização da jornada e suspensão temporária dos contratos de trabalho.

O presidente do sindicato, Marcelino Rocha, informou que, neste mês, foram realizadas e agendadas 873 homologações (de trabalhadores com carteira assinada e mais de um ano de casa), contra 117 no mês fechado de 2008. De janeiro a dezembro do ano passado, o total de demissões chegou a 4.702, volume 66% superior ao de 2007 sendo que, no último trimestre, o número de cortes aumentou 405%, alcançando 1.637 homologações. "Deve haver mais 4 mil demitidos que não passaram pelo sindicato", afirmou Rocha. Segundo ele, as empresas têm buscado negociar a flexibilização de direitos trabalhistas, mas não apresentam resultado financeiro negativo. Conforme o sindicato, as maiores demissões recentes foram feitas pelas empresas de autopeças Aethra, que reduziu seu pessoal em 30%, Denso Máquinas Rotantes (redução de 45%) e Teksid (corte de 15%).

Em São Paulo, os metalúrgicos da fabricante de tubos Tyco Dinaço desocuparam a empresa no fim da tarde de ontem, após aprovação em assembléia de acordo apresentado pela direção da empresa em audiência realizada no Tribunal Regional do Trabalho. Segundo informou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, os empregados demitidos que faziam parte da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) vão receber indenização de R\$ 6 mil. Trabalhadores sem estabilidade e com cinco anos de empresa receberão R\$ 1,6 mil a título indenizatório e, funcionários com mais de cinco anos de casa, R\$ 2 mil, entre outros benefícios. Os trabalhadores ocuparam a fábrica na última segunda-feira, após serem notificados sobre o fechamento da empresa e as demissões por telegrama no sábado. A Tyco tem 160 funcionários, dos quais 128 foram demitidos.

Em Jundiaí, o Sindicato dos Metalúrgicos informou ter fechado dois acordos nesta semana para garantir a estabilidade no emprego de 3,3 mil trabalhadores da região. O primeiro acordo foi fechado na segunda-feira com a Neumayer Tekfor, de redução na jornada de trabalho e redução de 13% a 20% nos salários, com garantia de estabilidade até abril. Na terça-feira, o sindicato negociou acordo com a Sifco para redução de jornada (3 dias em fevereiro, 3 em março e quatro em abril), com redução nos salários de 7,28% a 14,55% para os 2.056 empregados. Também foi fechado acordo com a AOC, que tem 550 empregados, para a criação de banco de horas.

QUEDA DA SELIC 'NÃO ATENDE A INTERESSES DO PAÍS', DIZ FIESP

22/01/2009 - O Estado do Paraná

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, avaliou que a redução de 1 ponto porcentual da taxa básica de juros, para 12,75% ao ano, não atende aos interesses do País em um momento de crise. "Não podemos esperar 45 dias para uma nova queda", disse.

Apesar disso, Skaf acredita que "a política monetária brasileira mudou". "E isso não é ruim. Esperamos, entretanto, que esta queda seja o início de um rápido processo capaz de tornar os juros no Brasil equivalentes às taxas praticadas em todo o mundo. O ideal é chegarmos, o quanto antes, a 8% ou 9%", afirmou.

Para a Fiesp, a economia produzida pela queda da Selic deve ser direcionada a investimentos públicos, principalmente na infraestrutura. A entidade cobrou ainda a redução da carga tributária, dos spreads bancários e a ampliação do prazo para recolhimento de impostos.

Fecomercio-SP

Já o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP), Abram Szajman, disse hoje que a redução da taxa básica de juros é positiva, ainda que tardia, e mostra que o Banco Central (BC) "finalmente compreendeu a gravidade da crise". "O importante agora é o Copom sinalizar que este é o início de um ciclo de queda para levar a Selic até uma taxa de um dígito", disse.

Para a Fecomercio-SP, a taxa de juro básica máxima aceitável no Brasil seria de 9% ao ano. "Esses 9% seriam suficientes para remunerar os investimentos em cerca de 4 pontos percentuais acima da inflação."

GOVERNO REDUZIRÁ CARGA TRIBUTÁRIA PARA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

22/01/2009 – Agência Brasil

Brasília - O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), Malvyn Fox, saiu otimista da reunião que teve hoje (21) com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Segundo Fox, ficou claro que o governo vai tomar medidas de incentivo para o setor de construção civil.

"Conversamos muito sobre a redução de impostos, a extensão e a ampliação do crédito e a redução de seus custos", informou Fox. Ele apresentou ao ministro um estudo baseado em pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos itens da cesta básica.

"Argumentamos que a geração de arrecadação do governo aumentou, após a redução do IPI da cesta básica e que, se fosse feito algo similar com os materiais de construção, no prazo de dois anos também haveria, após um período inicial de perda, aumento de arrecadação."

De acordo com Fox, isso aumentaria em 0,8% o Produto Interno Bruto (PIB). "Se a estimativa atual é de crescimento na faixa de 3% para 2009, essa redução do IPI poderia ajudar o governo a se aproximar da meta de 4%." Para ele, a redução do IPI favorecerá também o chamado "consumo formiga", que é o de varejo, responsável por 70% do comércio total de materiais de construção.

Fox disse que o ministro concordou com a redução do imposto, mas nada manifestou sobre a possibilidade de zerá-lo, nem disse se a redução abrangeria todos ou alguns produtos específicos. "Mas saímos da reunião com a certeza de que haverá redução da carga tributária e que o governo está estudando a redução do custo e da carga sobre o crédito e os juros".

Outro assunto discutido na reunião foi a ampliação de crédito por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de materiais de construção no varejo, formato que atende quem ganha até 5 salários mínimos (cerca de R\$ 1,8 mil).

"Sugerimos que se ampliasse esse crédito, passando de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil, e informamos que o problema maior está no acesso a ele, que é burocratizado com

dificuldades para aval". A proposta da Abrammat é a de que o acesso ao crédito seja possível no próprio balcão da loja, tornando desnecessária a ida ao banco.

As propostas apresentadas pela Abrammat devem estar na pauta da reunião de amanhã (22) entre Lula, Paulo Bernardo e os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Casa Civil, Dilma Rousseff. A expectativa é que medidas sejam anunciadas até a próxima quarta-feira (28).

A associação defendeu também a ampliação do crédito na compra do imóvel novo, que poderia chegar a 100% de financiamento, ao invés dos 80% atuais; e a ampliação dos valores do teto máximo, de R\$ 300 mil para até R\$ 500 mil ou mais, dependendo da capacidade de crédito da pessoa.

O setor da construção civil gera cerca de 9 milhões de empregos e, segundo a entidade, 100 mil postos de trabalho formais – na maioria ligados aos canteiros de obras – foram fechados em novembro e dezembro. "Nesse período é comum uma redução de cerca de 2% a 3% dos postos, mas por causa da crise financeira internacional registramos uma redução maior, chegando a 5% nos dois últimos meses do ano."

APÓS 77 ANOS, GM PERDE LIDERANÇA

22/01/2009 – Gazeta do Povo

As vendas da fabricante norte-americana de veículos General Motors tiveram queda de 10,8% em 2008. Com o resultado, a empresa perde, pela primeira vez desde 1931, a liderança em vendas no mercado automobilístico mundial para a rival japonesa Toyota. A GM vendeu, no ano passado, 8,35 milhões de unidades, contra 9,37 milhões em 2007. A Toyota, por sua vez, viu uma queda de 4% em 2008, e comercializou 8,97 milhões de unidades. As duas empresas, no entanto, e o setor automobilístico como um todo, passam por um momento de crise. A Toyota anunciou recentemente uma redução pela metade em sua produção no Japão entre fevereiro e abril, além de suspender a produção em 11 fábricas que tem no país. A situação da GM é ainda mais difícil. No mês passado, o governo americano anunciou ajuda para o setor automobilístico com até US\$ 17,4 bilhões, desde que ele se mostre financeiramente viável até março.

DÍVIDA LÍQUIDA INDUSTRIAL DA FIAT DISPARA E AÇÕES AFUNDAM

22/01/2009 – Estadão

O grupo italiano Fiat informou que custos mais altos pressionaram a dívida industrial da empresa que subiu para 5,9 bilhões de euros (7,7 bilhões de dólares) em 2008, quase três vezes mais o que previa anteriormente para o ano.

As ações da Fiat caíram mais de 8 por cento nesta quinta-feira antes de serem suspensas em Milão. Depois da retomada dos negócios, os papéis ampliaram a baixa para mais de 10 por cento.

"Isso significa que a Fiat queimou uma grande quantidade de dinheiro", disse um analista pedindo para não ser identificado.

A Fiat informou em relatório de resultados que tinha 3,9 bilhões de euros em liquidez no final do ano passado.

Para 2009, a companhia espera que a dívida líquida industrial do grupo caia abaixo dos 5 bilhões de euros.

A companhia divulgou lucro de 3,6 bilhões de euros em 2008 contra expectativa média de analistas de 3,16 bilhões de euros. A montadora informou que 2009 será "particularmente difícil" e que prevê que a demanda global por seus produtos vai cair cerca de 20 por cento no ano.

Separadamente, o jornal italiano La Repubblica publicou que a família fundadora da Fiat está considerando um aumento de capital de cerca de 2 bilhões de euros com um olho em uma possível fusão com a francesa PSA Peugeot Citroen. Mas a Fiat informou que as informações sobre o possível aumento de capital "não têm fundamento".

A notícia foi publicada dois dias depois que a Fiat anunciou uma aliança com a montadora norte-americana Chrysler.

LULA DESCARTA PROPOSTA DE RECRIAR CÂMARAS SETORIAIS

21/01/2009 – Valor Econômico

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não encampou a proposta do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (filiação à CUT), Sérgio Nobre, de recriar as câmaras setoriais para discutir as demissões no setor automotivo. Durante reunião de aproximadamente uma hora, Nobre tentou mostrar ao presidente que as câmaras seriam um mecanismo eficaz para negociação entre trabalhadores, empresários e governo. Lula comprometeu-se, no máximo, a apoiar um seminário envolvendo os prefeitos da região do ABC, sindicatos e empresários, o que deve acontecer ainda em fevereiro.

Os sindicalistas têm claro a diferença central entre a proposta sonhada e a conquistada: a câmara setorial é um espaço para negociação e tomada de decisões concretas. O seminário terá a possibilidade de propor idéias. Mesmo assim, os sindicalistas acham que não saíram perdendo após o encontro com Lula. "A câmara pode surgir independentemente do governo federal. É claro que a participação da União dá um peso maior", disse o presidente do sindicato.

Para Nobre, a crise vem gerando informações imprecisas e desencontradas, o que só serve para aumentar o pânico. "Alguns falam em crescimento de 4%, outros em crescimento zero. Há quem fale em demissões generalizadas", disse ele, lembrando que seu sindicato continua com o mesmo volume tradicional de homologações de demissões - 450 por mês. "Mas algumas empresas que ainda não mandaram trabalhadores embora vêm nos procurar, o que é um sinal de que cortes poderão vir."

Na visão do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a flexibilização das relações trabalhistas, com redução da jornada de trabalho e diminuição de salário, se efetivada, diminuiria o poder de compra dos trabalhadores. Sem dinheiro, assinalou, não há consumo. Sem consumo, a recessão se instala e o desemprego aumenta.

"É muito barato demitir no Brasil. A multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi incorporada aos custos da produção das empresas", afirmou o sindicalista.

Para embasar o argumento, Nobre lembra que nos países desenvolvidos as demissões começaram após um ano e meio de crise financeira. "Aqui estamos sofrendo há três meses e os empresários já estão cortando postos de trabalho." O sindicalista afirmou que os empresários não estão se dando ao trabalho sequer de esperar a conclusão do primeiro trimestre, apontado pelo governo e especialistas como o ponto crítico da crise no Brasil. "Por que eles não esperam? Porque sabem que depois vão recontratar o mesmo trabalhador pela metade do salário."

Por causa disso, o sindicalista defende a adoção das câmaras setoriais. Lançadas em 1992, elas foram importantes para impedir uma crise no setor automotivo, que enfrentava, naquela época, a abertura do mercado nacional às marcas importadas. O então presidente Fernando Collor chegou a dizer que no Brasil só havia a produção de carroças. "Todo o debate até o momento foi emergencial e pontual. Na câmara setorial, poderemos pensar em medidas para agora e para o futuro", disse Nobre.

OPÇÃO PELO SUPERSIMPLES SÓ ATÉ DIA 30

21/01/2009 – Gazeta do Povo

Termina no próximo dia 30 de janeiro o prazo para que as micro e pequenas empresas optem pelo Simples Nacional. Até o final da tarde de ontem, foram registrados 223.802 pedidos de opção. Desse total, 144,4 mil estão pendentes de regularização por débitos ou problemas cadastrais junto à Receita Federal, estados ou municípios. A partir do dia 17 de fevereiro, os resultados dos pedidos que apresentaram pendências serão divulgados no Portal do Simples Nacional, disponível na página da Receita (www.receita.fazenda.gov.br).

CURSO: SUPER SIMPLES

22/01/2009 – Documento Reservado

O Sinepe/Paraná oferece curso sobre o cálculo do Super Simples dia 28, Das 18h30 às 20h, em seu Auditório. Destinado a instituições de Ensino Médio, Academias, Cursos de Idiomas e Cursos Livres, o evento vai esclarecer como funciona o regime simplificado de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte. Informações (41) 3078-6933.

DECRETO DO MÉXICO SOBRE REFORMA TARIFÁRIA

22/01/2009 – Documento Reservado

O governo do México publicou Decreto, no Diário Oficial de 24 de dezembro de 2008, que promove a reforma tarifária mais ambiciosa dos últimos vinte anos. De natureza unilateral, essa reforma envolve 8357 itens tarifários do total de 12119 itens que compõe o universo tarifário mexicano, o que representa uma revisão de quase 70% das tarifas praticadas por aquele país nas importações que não contam com preferências comerciais.

A reforma tarifária contempla eliminação ou redução de tarifas. A redução tarifária será feita em diversas etapas, entre janeiro de 2009 e janeiro de 2013, conforme o enquadramento de cada produto nos diferentes artigos do Decreto.

Segundo estimativas do IQOM Inteligência Comercial, a tarifa industrial média do México passará de 10,4%, em 2008, para 8,3%, em 2009, e 4,3%, em 2013.

A CNI está disponibilizando os seguintes documentos:

- 1) Diário Oficial do México com o Decreto sobre a reforma;
- 2) Informe do IQOM Inteligencia Comercial - empresa de consultoria mexicana, com dois Anexos; e
- 3) Comunicado Conjunto assinado pelos presidentes do Brasil e do México na Costa do Sauípe, dia 17 de dezembro de 2008.

O acesso aos documentos deverá observar o seguinte caminho: www.cni.org.br, botão Institucional, fim da página acesso ao site Negociações Internacionais, módulo Mercosul, botão à esquerda Documentos, consulta por tipo de documento seta á esquerda Documento Oficial, Decisões ou consulta por tema Negociações Brasil-México (Diario Oficial de los Estados Unidos Mexicanos).

Lucia Maduro - Unidade de Negociações Internacionais